



1.º Pedido de progressão do regime fechado para o semi-aberto

“A”, reincidente, condenado pela prática de roubo (art. 157, § 2.º, I, CP), à pena de seis anos de reclusão em regime fechado, pleiteia passagem para o regime semi-aberto.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais da Comarca ____.

Execução n.º ____

“A”, qualificado nos autos, preso e recolhido nas dependências da Penitenciária ____, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seu advogado, com fundamento no art. 33, § 2.º, do Código Penal, e art. 112, da Lei de Execução Penal,¹ requerer a sua

PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMI-ABERTO,

pelos seguintes motivos:

1. O requerente, condenado à pena de seis anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de roubo qualificado, encontra-se detido há um ano e seis meses, incluído nesse período o tempo de prisão provisória (detração, conforme art. 42 do Código Penal).² Por isso, nesta data, já cumpriu mais de um sexto da pena no regime fechado, que é o único requisito objetivo para a concessão.

2. Durante o tempo em que esteve recolhido, tanto no Centro de Detenção Provisória ____, quanto na Penitenciária ____, apresentou bom comportamento, conforme atestado comprobatório de comportamento carcerário a esta anexado,³ espelhando o compromisso que possui com o processo de ressocialização e readaptação para a vida em liberdade. O requerente trabalhou, obtendo, inclusive, direito à remição de parte de sua pena.

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência que, ouvido o representante do Ministério Público, seja deferida a progressão ao regime semi-aberto como estímulo ao seu processo de readaptação.

¹ A Lei 10.792/2003, alterando a redação do art. 112 da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), estipulou que a progressão de regime é viável, desde que o condenado ostente bom comportamento carcerário. Na prática, teria inviabilizado a realização do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico, que sempre foram obrigatórios para delitos violentos ou com grave ameaça à pessoa, como é o caso do roubo. Para a visão do advogado, a referida modificação foi positiva, razão pela qual, no seu pedido, ele juntará o atestado de boa conduta carcerária. Entretanto, se o juiz entender que outros dados (como o exame criminológico) devem ser obtidos, em função da individualização executória da pena, para apurar o mérito do condenado, negando, pois, a progressão, cabe agravo em execução. Segundo nos parece, em determinados casos considerados mais graves, o magistrado pode determinar a realização de outros exames e colheita de pareceres para certificar-se do grau de desenvolvimento do preso em seu processo de readaptação, não podendo tornar-se *refém* de um atestado emitido por agentes do sistema penitenciário.

² A detração (desconto na pena do tempo de prisão provisória, como a preventiva, temporária ou prisão em flagrante) é incluída no prazo para a solicitação do regime

Termos em que,
P. deferimento.

Comarca, data.

Advogado

mais favorável. Exemplo: se o condenado passou seis meses em prisão preventiva e foi condenado a seis anos, com trânsito em julgado, passados outros seis meses detido, já pode pleitear a progressão para o semi-aberto. No caso supra citado, ele tinha mais que um sexto de pena cumprida ao fazer o pedido.

³ O atestado comprobatório de comportamento carcerário goza de presunção de veracidade. Se for falsamente emitido, seus subscritores podem ser processados criminalmente. Em regra, constam as assinaturas dos diretores do presídio (técnico, reabilitação, segurança e disciplina, produção e prontuário).